CADERNO DE EVIDÊNCIAS

PANORAMA SOBRE O ABANDONO ESCOLAR

NO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL EM 2023

CENTRO DE EDUCAÇÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS – CEBE

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC

Abril de 2024

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite
Vice-Governador: Gabriel Souza

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Secretária: Raquel Teixeira
Secretária Adjunta: Stefanie Eskereski
Coordenador do CEBE: Guilherme Simionato
Pesquisadoras Responsáveis: Caroline Beatriz Rodrigues de Souza e Giovana Esther Zucatto

EQUIPE TÉCNICA — CENTRO DE EDUCAÇÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS (CEBE)

Bruna Freitas dos Santos
Danielle Campos
Eduarda dos Reis Barcellos
Edyr de Jesus Alves Pereira
Fabiano Antunes
Gabriel Canofe Costa
Gabriel Ferreira Marin
Gabriela Freitas dos Santos
Henrique Souza da Silva
Laura Eduarda Mallman Kieling
Laura Pedrón
Leonardo Bruno Afonso da Silva
Martina Lopes
Nathan Rodrigues de Brito
Nikolas Weige
Samarina Sodré Galeão da Rosa
Thais Barcellos
Tiago Rezende Leite

COMO CITAR ESTA PUBLICAÇÃO

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Centro de Educação Baseada em Evidências (CEBE). Caderno de Evidências — Abandono e Permanência Escolar no RS. Porto Alegre: Seduc-RS, 2026.

PROTEÇÃO DE DADOS

Publicação elaborada em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e com a Lei nº 8.069/1990 (ECA). Todos os relatos foram anonimizados e são apresentados apenas dados agregados, estatísticas e análises consolidadas.

Porto Alegre — Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

Apresentação 1
As 20 evidências 2
Panorama e desigualdades 2
Trabalho e renda 4
Experiência escolar 7
Programas e modalidades 10
Conclusões 13
Recomendações 14
Curto prazo (até 1 ano) 14
Médio prazo (1 a 3 anos) 14
Longo prazo (3 a 6 anos) 14
Medidas estruturais 15

Apresentação

Vinte evidências para orientar a política de permanência escolar no Rio Grande do Sul.

Este Caderno de Evidências reúne, em formato de consulta rápida, os vinte achados mais relevantes da Pesquisa sobre Abandono e Permanência escolar no Ensino Médio realizada pelo Centro de Educação Baseada em Evidências (CEBE)/Seduc-RS em 2023, com estudantes, professores e gestores de 21 escolas da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Cada evidência é apresentada com o gráfico que a sustenta. Ao final, o caderno consolida as conclusões do estudo e organiza as recomendações por horizonte de implementação: curto, médio e longo prazos, além das medidas estruturais.

PROTEÇÃO DE DADOS

Publicação em conformidade com a LGPD (Lei nº 13.709/2018) e com o ECA (Lei nº 8.069/1990): todos os relatos foram anonimizados e apenas dados agregados são apresentados.

Salvo indicação em contrário, os gráficos deste caderno são de elaboração própria do CEBE, a partir dos dados obtidos no questionário contextual da pesquisa.

CAPÍTULO 1

As 20 evidências

Os achados centrais da pesquisa, organizados em quatro eixos temáticos, cada um com o gráfico que o sustenta.

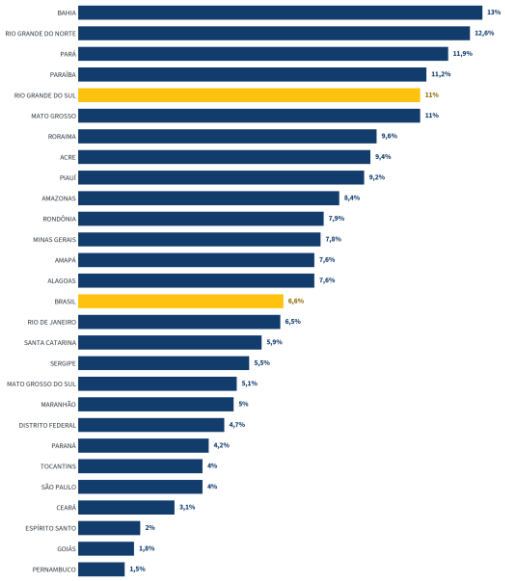
Panorama e desigualdades

O abandono tem magnitude, endereço e cor: concentra-se nos mais vulneráveis.

EVIDÊNCIA 1

O RS tem uma das maiores taxas de abandono do país. Em 2022, a rede estadual registrou 11,0% de abandono no ensino médio — quinta maior taxa entre as redes estaduais, ante média nacional de 6,6% (INEP). As transições entre séries são o ponto crítico: 15,5% dos alunos do 1º ano não retornaram no ano seguinte.

GRÁFICO 1 **Taxa de abandono para o ensino médio na rede estadual por unidade geográfica (2022)**

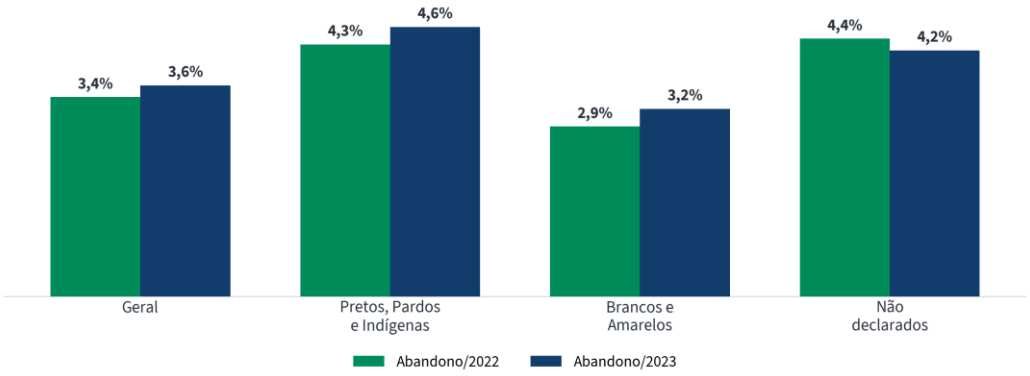


Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis em INEP, 2022

EVIDÊNCIA 2

A vulnerabilidade socioeconômica mais que dobra o risco. Em 2023, a taxa de abandono dos estudantes de famílias inscritas no CadÚnico foi 109,5% superior à dos demais. Esse grupo representa 39% das matrículas do ensino médio regular, mas 60% dos casos de abandono.

GRÁFICO 2 Taxa de abandono da rede estadual para o Ensino Médio Regular para os anos de 2022 e 2023, de acordo com a raça declarada

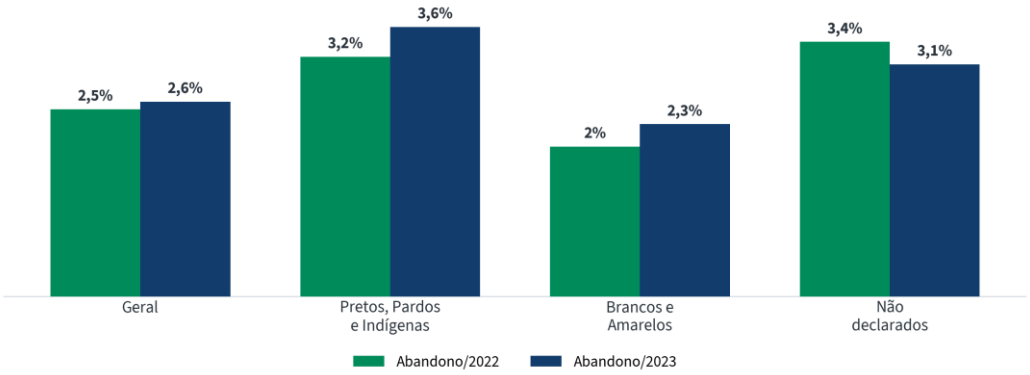


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ISE

EVIDÊNCIA 3

Há um marcador racial persistente. Estudantes negros apresentam taxas de abandono consistentemente superiores às de estudantes brancos, tanto no ensino regular quanto no EMTI, em 2022 e 2023.

GRÁFICO 3 Taxa de abandono da rede estadual para o Ensino Médio Regular para escolas de EMTI para os anos de 2022 e 2023, de acordo com a raça ou cor declarada

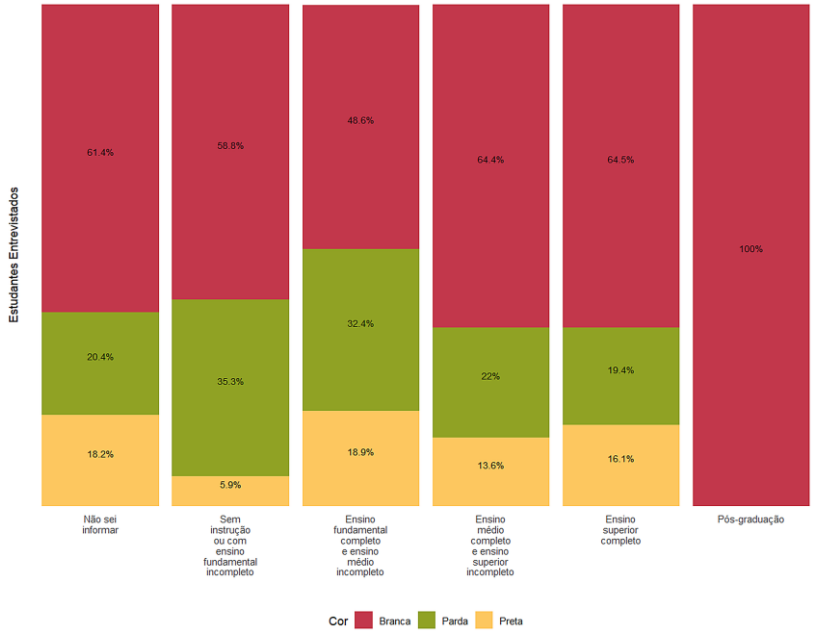


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ISE

EVIDÊNCIA 4

A desigualdade é intergeracional. A escolaridade da mãe ou responsável varia fortemente conforme a raça do estudante: mães de estudantes negros concentram-se nas faixas de menor escolaridade — condição associada, na literatura, a maior risco de abandono dos filhos.

GRÁFICO 4 **Nível de escolaridade da mãe ou responsável mulher, de acordo com a raça ou cor do estudante**



Trabalho e renda

A necessidade de gerar renda é o fator isolado mais associado ao abandono.

EVIDÊNCIA 5

Trabalhar é o principal motivo para pensar em sair da escola. A necessidade de trabalhar lidera os motivos citados pelos estudantes para já terem pensado em abandonar, à frente de desmotivação e dificuldades de aprendizagem.

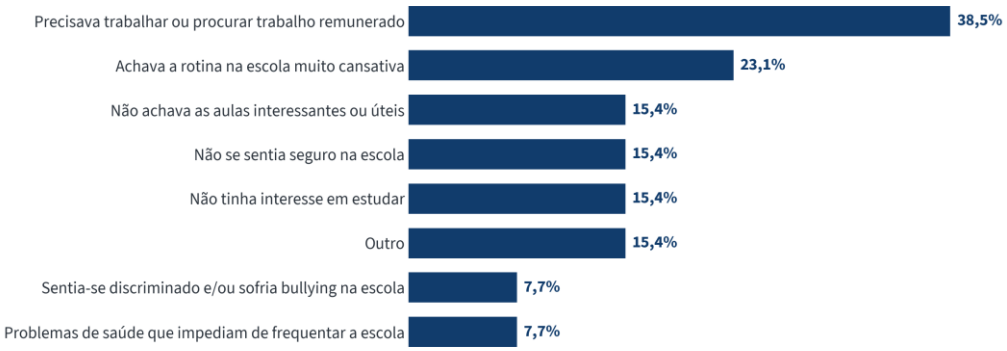
GRÁFICO 5 **Motivos mais frequentemente apontados pelos estudantes para já terem pensado em abandonar a escola**



EVIDÊNCIA 6

Entre os que abandonaram, trabalho e família dominam. Os estudantes que efetivamente abandonaram a escola apontam majoritariamente o trabalho e as responsabilidades familiares como razões da saída.

GRÁFICO 6 Motivos mais frequentemente apontados pelos estudantes participantes para terem abandonado a escola pelo menos uma vez



EVIDÊNCIA 7

O trabalho doméstico é intenso — e desigual. Mulheres concentram mais dias semanais de trabalho e cuidado doméstico do que homens; estudantes pretos, mais do que brancos. É um trabalho invisível que consome tempo de estudo, sono e frequência.

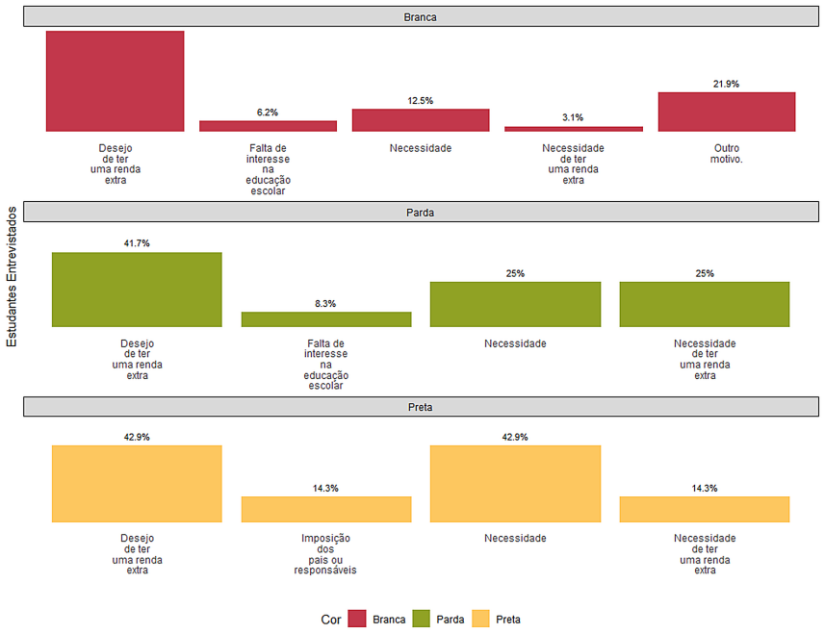
GRÁFICO 7 Porcentagem de estudantes participantes que são responsáveis por realizar trabalho ou cuidado doméstico, de acordo com o gênero



EVIDÊNCIA 8

Para estudantes negros, o trabalho é mais frequentemente questão de sobrevivência. Entre os motivos para trabalhar, a necessidade de contribuir com a renda familiar pesa mais para estudantes pretos e pardos do que para brancos, entre os quais ganham espaço motivos como independência financeira.

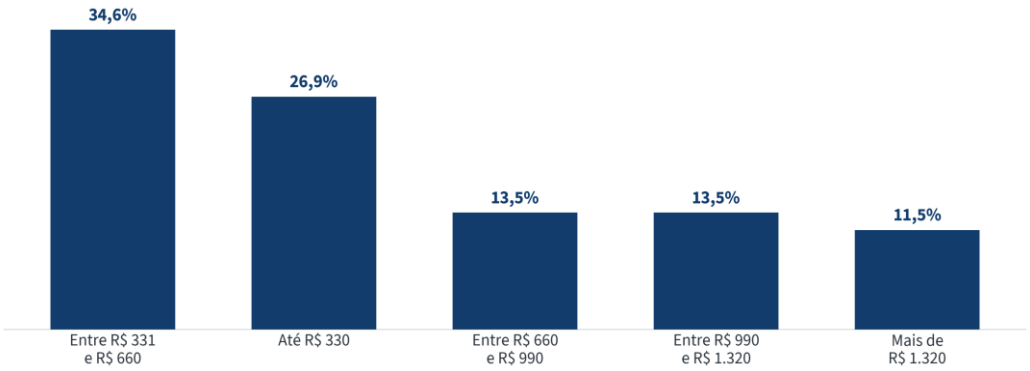
GRÁFICO 8 **Motivos para trabalhar apontados por estudantes participantes, de acordo com a raça ou cor declarada**



EVIDÊNCIA 9

A renda do trabalho compete com a escola. Parte dos estudantes que trabalham declara ganhos mensais que elevam significativamente o custo de oportunidade de permanecer estudando — patamar que bolsas de permanência precisam considerar.

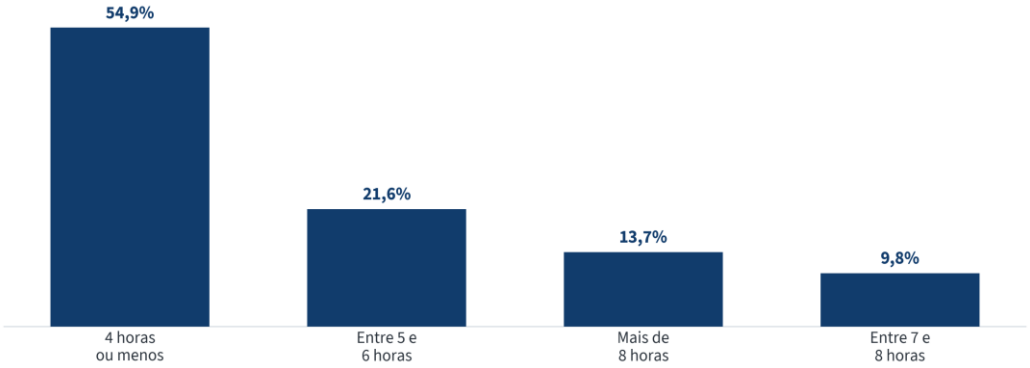
GRÁFICO 9 **Faixas de ganhos mensais dos estudantes participantes que trabalham**



EVIDÊNCIA 10

As jornadas são longas — por vezes, ilegais. A idade mais citada de ingresso no trabalho é 16 anos, com casos relevantes já aos 14, e há relatos de jornadas semanais acima do limite legal para a idade, em prejuízo direto da vida escolar.

GRÁFICO 10 **Quantidade de horas trabalhadas por semana**



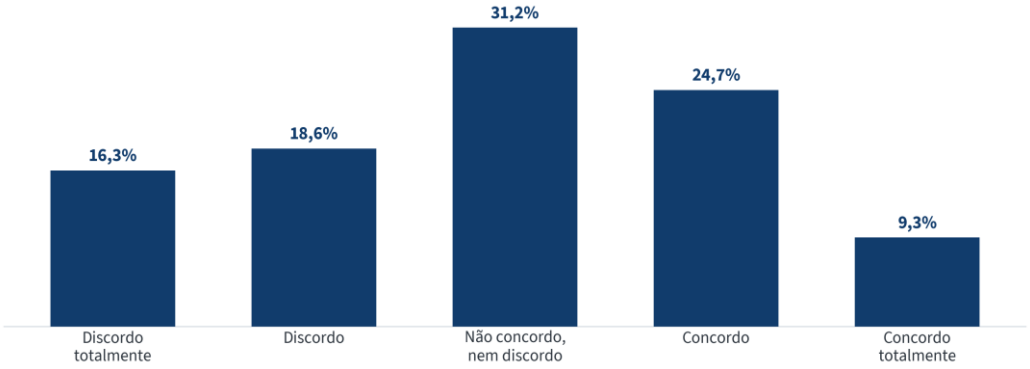
Experiência escolar

O vínculo retém; a precariedade e a discriminação expulsam.

EVIDÊNCIA 11

A infraestrutura é percebida como insuficiente. Apenas 34% dos estudantes concordam que a escola possui os recursos necessários para que aprendam. Na rede, a maioria das escolas não dispõe de espaço coberto para esportes.

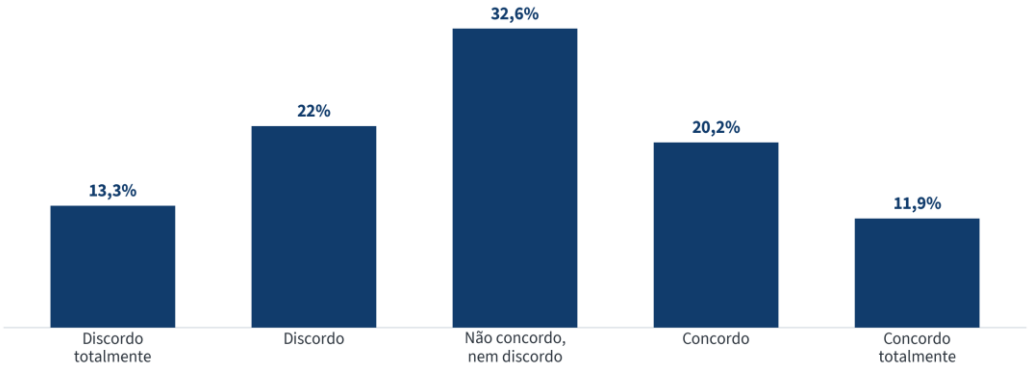
GRÁFICO 11 **Escala de concordância com a afirmação 'Minha escola possui os recursos necessários para que eu aprenda'**



EVIDÊNCIA 12

A escola ainda é um lugar onde os jovens gostam de estar. A convivência com colegas e professores é o principal motivo declarado de bem-estar na escola — o vínculo humano é o ativo central de permanência.

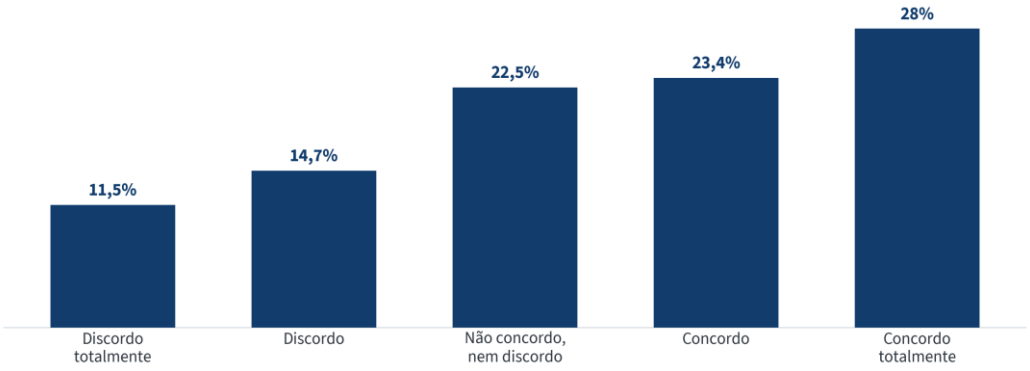
GRÁFICO 12 **Escala de concordância com a afirmação 'Eu me sinto feliz quando estou na escola'**



EVIDÊNCIA 13

O apoio percebido dos adultos é incompleto. Embora 60,7% avaliem bem a convivência com professores e funcionários, quase metade dos estudantes não se sente apoiada e incentivada a seguir estudando.

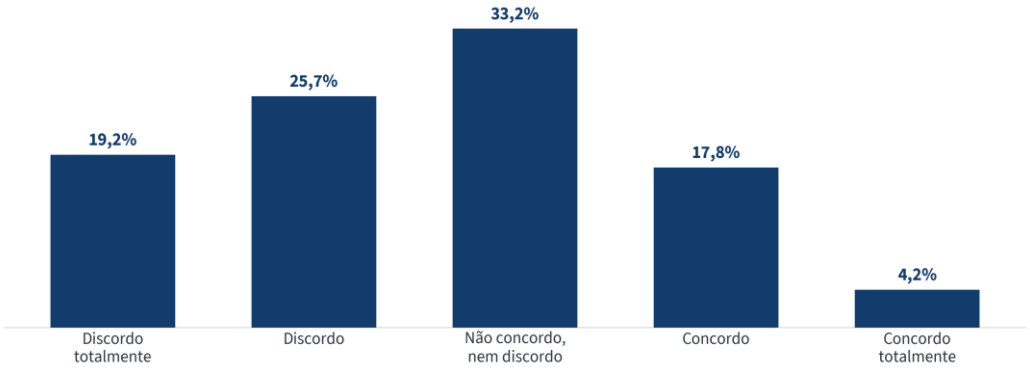
GRÁFICO 13 **Escala de concordância com a afirmação 'meus professores e outros funcionários da escola me apoiam e me incentivam a seguir estudando'**



EVIDÊNCIA 14

A percepção de aprendizagem é criticamente baixa. Apenas 22% concordam que aprendem todo o conteúdo ensinado — e a concordância cai a 15,4% entre estudantes pardos. A defasagem pós-pandemia é reconhecida por estudantes, docentes e gestores.

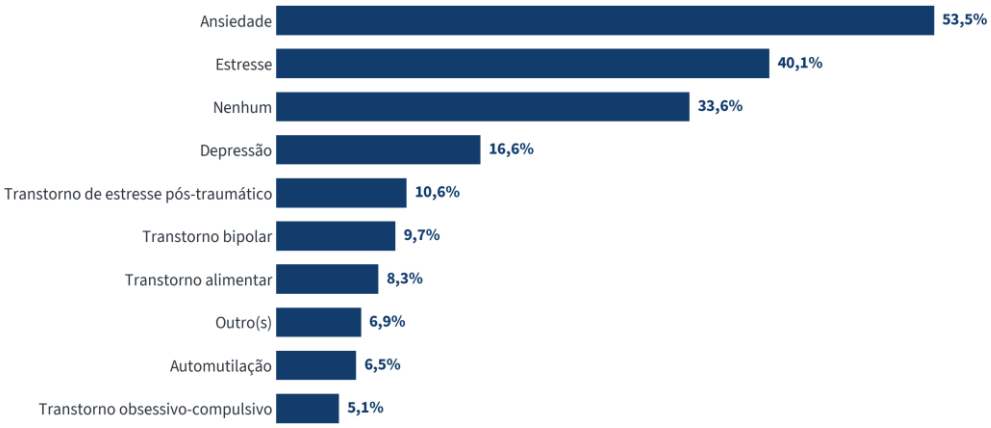
GRÁFICO 14 **Escala de concordância com a afirmação 'sinto que aprendo todo o conteúdo que me é ensinado na escola'**



EVIDÊNCIA 15

A saúde mental é uma urgência de rede. Ansiedade é o problema de saúde mental mais citado pelos estudantes, e a demanda por psicólogo permanente na escola é praticamente unânime nos grupos focais.

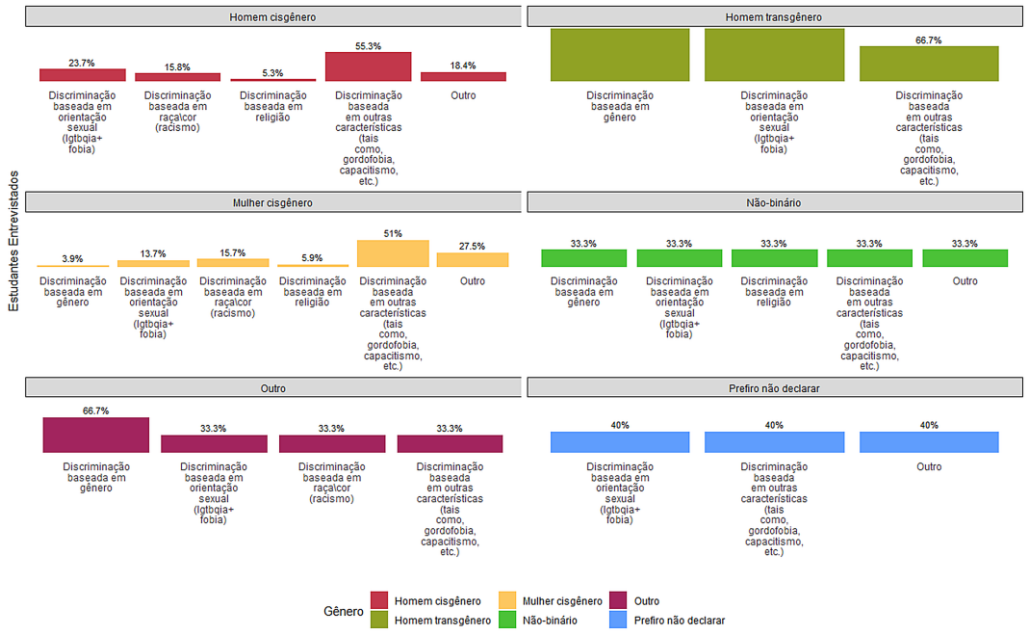
GRÁFICO 15 **Problemas de saúde mental mais frequentemente apontados pelos estudantes participantes**



EVIDÊNCIA 16

Discriminação e bullying corroem o pertencimento. Estudantes relatam discriminação por aparência, raça e orientação sexual, praticada sobretudo entre pares, mas também por adultos — nem sempre reconhecida e tratada pela instituição.

GRÁFICO 16 **Tipos de discriminação ou bullying mais frequentemente sofridas pelos estudantes participantes, de acordo com o gênero**



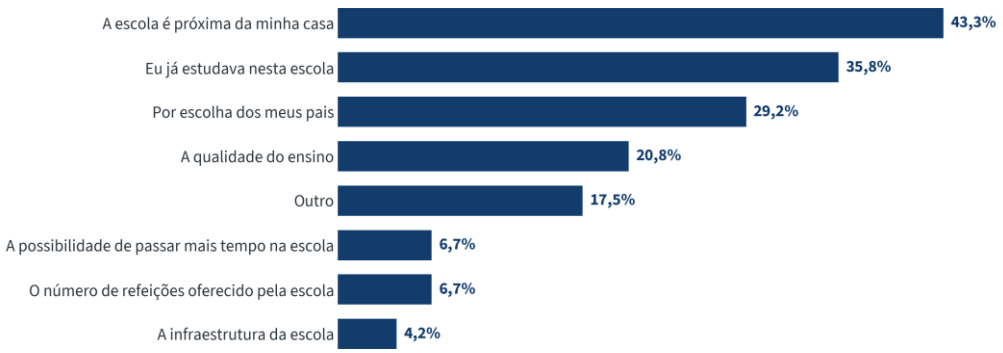
Programas e modalidades

EMTI e TJE funcionam — e podem funcionar melhor.

EVIDÊNCIA 17

Os estudantes procuram o EMTI pela qualidade. A busca por melhor qualidade de ensino é a razão mais citada para estudar em escola de tempo integral — o modelo carrega expectativa positiva das famílias.

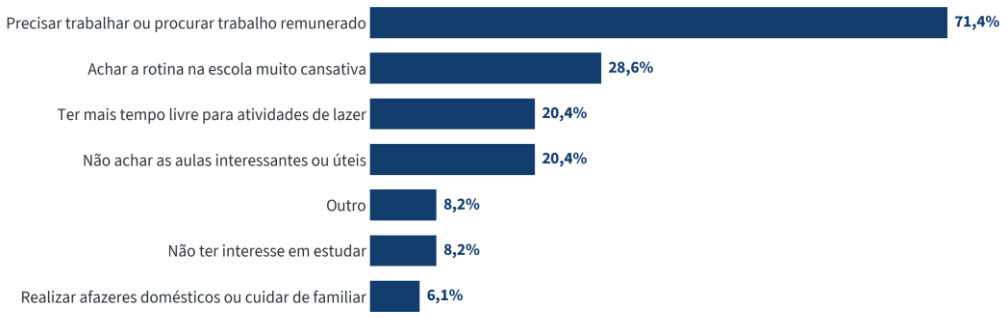
GRÁFICO 17 **Razões mais frequentemente apontadas pelos estudantes participantes para estudar em uma escola de EMTI**



EVIDÊNCIA 18

A jornada integral conflita com a necessidade de trabalhar. A carga horária é a razão dominante entre os que desejam deixar o EMTI; a maior parte pretende continuar estudando, em turno único. O tempo integral não pode selecionar apenas quem pode ficar.

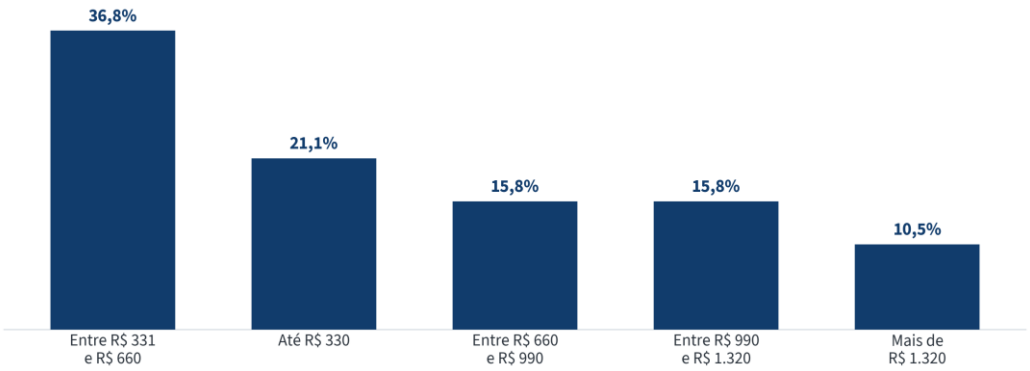
GRÁFICO 18 **Razões mais frequentemente apontadas pelos estudantes participantes para querer deixar de estudar em escolas de EMTI**



EVIDÊNCIA 19

Parte dos beneficiários do TJE segue trabalhando. Mesmo recebendo a bolsa, parcela dos beneficiários mantém atividade remunerada — sinal de que o valor ainda fica aquém do custo de oportunidade do trabalho juvenil.

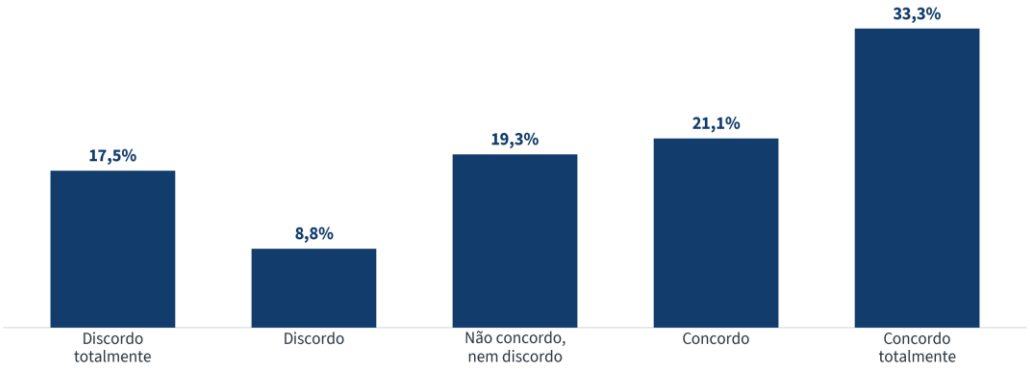
GRÁFICO 19 **Distribuição percentual dos beneficiários do TJE que declararam trabalhar, de acordo com a faixa de ganhos do trabalho**



EVIDÊNCIA 20

A bolsa do TJE incentiva a frequência. Entre os beneficiários, 54,4% concordam que a bolsa é um incentivo para frequentar a escola, e os recursos são alocados prioritariamente em alimentação, higiene e vestuário.

GRÁFICO 20 **Escala de concordância com a afirmação 'A bolsa me dá um incentivo para frequentar a escola'**



CAPÍTULO 2

Conclusões

O abandono é previsível — e, portanto, prevenível.

O conjunto das evidências desenha um fenômeno com três características decisivas para a política pública. Primeiro, o abandono é **focalizado**: concentra-se em estudantes de baixa renda, negros, que trabalham, e em territórios determinados — o que torna possível antecipá-lo a partir dos registros já existentes na rede (frequência, desempenho, CadÚnico, ISE).

Segundo, é **processual**: resulta do acúmulo de faltas, defasagem, trabalho e desvinculação, oferecendo uma janela de intervenção antes da saída definitiva. Terceiro, é **multicausal**: combina pressões externas (renda, trabalho, transporte) e fatores internos à escola (infraestrutura, clima, acolhimento, saúde mental), exigindo respostas simultâneas dentro e fora dos muros escolares.

A permanência, por sua vez, apoia-se em ativos que a rede pode fortalecer deliberadamente: o vínculo com colegas e professores, o sentido do currículo para o projeto de vida, o suporte material dos programas de transferência e a capacidade da escola de acolher e responder ao sofrimento dos estudantes.

CAPÍTULO 3

Recomendações

Organizadas por horizonte de implementação.

Curto prazo (até 1 ano)

- Instituir alerta precoce de risco de abandono cruzando frequência, desempenho, CadÚnico e ISE, com acompanhamento nominal por escola e CRE.
- Reestruturar a Busca Ativa Escolar: papéis definidos, protocolos de acionamento tempestivo e atualização periódica dos contatos das famílias.
- Garantir gratuidade efetiva do transporte para estudantes que dela necessitam e revisar casos críticos de zoneamento.
- Padronizar protocolos de enfrentamento à discriminação e ao bullying, com formação inicial das equipes.
- Melhorar a comunicação do TJE: regras, contrapartidas e canais de atendimento amplamente divulgados.

Médio prazo (1 a 3 anos)

- Ajustar progressivamente o valor da bolsa do TJE ao custo de oportunidade do trabalho juvenil e integrá-la à Busca Ativa.
- Estruturar rede de apoio à saúde mental — atendimento especializado próprio ou conveniado — e capacitar equipes para acolhimento e crise.
- Implementar protocolo de rede para estudantes que precisam trabalhar: flexibilização de horários e articulação com programas de inserção protegida, como o Partiu Futuro.
- Priorizar investimentos de infraestrutura nas escolas de territórios vulneráveis, com destaque para quadras cobertas e espaços de convivência.
- Revisar carga horária e matriz do EMTI, garantindo infraestrutura e recursos humanos compatíveis com a jornada integral.

Longo prazo (3 a 6 anos)

- Consolidar o currículo do Ensino Médio Gaúcho: diretrizes claras para a parte diversificada, formação continuada e oferta real das trilhas.
- Desenvolver planos de carreira e políticas de valorização docente alinhadas às competências esperadas para a rede.
- Construir resiliência climática nas escolas: infraestrutura, planos de contingência e protocolos pedagógicos para eventos adversos.

- Universalizar padrões mínimos de infraestrutura escolar, com escala de priorização baseada em vulnerabilidade territorial.

Medidas estruturais

- Institucionalizar a permanência escolar como política de Estado, com metas, orçamento e governança intersetorial (educação, assistência, saúde, trabalho, transporte).
- Articular permanentemente o sistema de garantia de direitos — Ministério Público do Trabalho, Conselhos Tutelares — no combate a jornadas e condições ilegais de trabalho juvenil.
- Fortalecer a gestão democrática e os mecanismos de escuta sistemática de estudantes e famílias no cotidiano da rede.
- Manter agenda contínua de pesquisa e avaliação, combinando dados administrativos e escuta qualitativa para monitorar o efeito das políticas de permanência.

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

CEBE Centro de Educação Baseada em Evidências